



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/SELOG/SR/PF/SC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9524302/2019-NAD/SELOG/SR/PF/SC

Processo nº 08490.006620/2018-27

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de lixeiras e coletores para coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, orgânicos e rejeitos, conjuntos para coleta seletiva, lixeiras comuns, coletores de bitucas de cigarro, pilhas, baterias, lâmpadas e balança digital, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas para atender as necessidades desta Superintendência Regional e delegacias descentralizadas do estado, pelo período de 1 (um) ano, conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	VALOR TOTAL MÉDIO (R\$)
-	1	LIXEIRA 5 L DE MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL (EXTERNO E TAMPA), FORMATO CILÍNDRICO, REVESTIMENTO INTERNO DE PLÁSTICO, COM PEDAL COM BORRACHA E BALDE REMOVÍVEL DE PLÁSTICO	172	73,49	12.640,28
-	2	LIXEIRA 30 L DE MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO CILÍNDRICO, BASCULANTE	94	160,50	15.087,00
1	3	LIXEIRA 50 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, MARROM COM IDENTIFICAÇÃO DE ORGÂNICO, COM PEDAL	19	76,20	1.447,74
	4	LIXEIRA 50 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, VERDE COM IDENTIFICAÇÃO DE RECICLÁVEL, COM PEDAL	19	76,20	1.447,74
	5	LIXEIRA 50 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, CINZA COM IDENTIFICAÇÃO DE REJEITOS, COM PEDAL	19	76,20	1.447,74
	6	LIXEIRA 50 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, MARROM COM IDENTIFICAÇÃO DE ORGÂNICO, BASCULANTE (VAI E VEM)	57	70,00	3.990,00
	7	LIXEIRA 50 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, VERDE COM IDENTIFICAÇÃO DE RECICLÁVEL, BASCULANTE (VAI E VEM)	57	70,00	3.990,00
	8	LIXEIRA 50 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, CINZA COM IDENTIFICAÇÃO DE REJEITOS, BASCULANTE (VAI E VEM)	57	70,00	3.990,00
	9	LIXEIRA 30 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, MARROM COM IDENTIFICAÇÃO DE ORGÂNICO, BASCULANTE (VAI E VEM)	306	47,30	14.474,82
	10	LIXEIRA 30 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, VERDE COM IDENTIFICAÇÃO DE RECICLÁVEL, BASCULANTE (VAI E VEM)	306	47,30	14.474,82
	11	LIXEIRA 30 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, CINZA COM IDENTIFICAÇÃO DE REJEITOS, BASCULANTE (VAI E VEM)	306	47,30	14.474,82
				TOTAL G1	59.737,67
	12	LIXEIRA 100 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, MARROM COM	9	91,39	822,54

		IDENTIFICAÇÃO DE ORGÂNICO, BASCULANTE (VAI E VEM)			
2	13	LIXEIRA 100 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, VERDE COM IDENTIFICAÇÃO DE RECICLÁVEL, BASCULANTE (VAI E VEM)	9	91,39	822,54
	14	LIXEIRA 100 L DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), FORMATO QUADRADO COM BORDAS ARREDONDADAS, CINZA COM IDENTIFICAÇÃO DE REJEITOS, BASCULANTE (VAI E VEM)	9	91,39	822,54
				TOTAL G2	2.467,62
-	15	CONTENTOR 240 L MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM DUAS RODAS EMBORRACHAS MACIÇAS, COM TAMPA FIXADA POR DOBRADIÇAS E REBORDO DE PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE, SUPERFÍCIES LISAS, SEM ENRUGAÇÕES, DIMENSÕES DO CARRO: 100/120CM (ALTURA) X 55/60CM (LARGURA) X 70/80CM (PROFUNDIDADE), COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ELEVACÃO DOS CAMINHÕES DA COMCAP, RESISTENTE A ALTO IMPACTO, RAIOS UV, INTEMPÉRIES E REPETIDAS LAVAGENS DA COR VERDE COM ADESIVO EM VINIL, DIMENSÕES 20X20CM IDENTIFICAÇÃO DE RECICLÁVEL. CONFORME NORMA DE FABRICAÇÃO ANSI (AMERICAN NATIONAL STANDARD INSTITUTE) NÚMERO Z245.60-TIPO B (SISTEMA AMERICANO) ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL 113/2003, PARA POSSIBILITAR COLETA ATRAVÉS DE CAMINHÕES DOTADOS DE ELEVADORES HIDRÁULICOS E NORMA ABNT NBR 15911-2 2010 VERSÃO CORRIGIDA 2011, SISTEMA AMERICANO, APLICAÇÃO COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) POR COLETOR COMPACTADOR.	26	249,69	6.491,94
-	16	CONTENTOR 240 L MATERIAL POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM DUAS RODAS EMBORRACHAS MACIÇAS, COM TAMPA FIXADA POR DOBRADIÇAS E REBORDO DE PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE, SUPERFÍCIES LISAS, SEM ENRUGAÇÕES, DIMENSÕES DO CARRO: 100/120CM (ALTURA) X 55/60CM (LARGURA) X 70/80CM (PROFUNDIDADE), COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE ELEVACÃO DOS CAMINHÕES DA COMCAP, RESISTENTE A ALTO IMPACTO, RAIOS UV, INTEMPÉRIES E REPETIDAS LAVAGENS DA COR CINZA COM ADESIVO EM VINIL, DIMENSÕES 20X20CM IDENTIFICAÇÃO DE REJEITOS. CONFORME NORMA DE FABRICAÇÃO ANSI (AMERICAN NATIONAL STANDARD INSTITUTE) NÚMERO Z245.60-TIPO B (SISTEMA AMERICANO) ESTABELECIDO NA LEI MUNICIPAL 113/2003, PARA POSSIBILITAR COLETA ATRAVÉS DE CAMINHÕES DOTADOS DE ELEVADORES HIDRÁULICOS E NORMA ABNT NBR 15911-2 2010 VERSÃO CORRIGIDA 2011, SISTEMA AMERICANO, APLICAÇÃO COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) POR COLETOR COMPACTADOR.	26	249,69	6.491,94
-	17	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA COM 4 RECIPIENTES DE 100 LITROS CADA COM IDENTIFICAÇÃO E CORES DE TIPOS DE RECICLÁVEL (VERDE/VIDRO, VERMELHO/PLÁSTICO, AZUL/PAPEL, AMARELO/METAL) DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD).	9	555,24	4.997,16
-	18	COLETOR DE BITUCAS DE CIGARRO (BITUQUEIRA) MÓVEL, NA COR PRETA, CILÍNDRICO, MATERIAL 100 % ALUMÍNIO COM TUBO ISOLADOR DE FUMAÇA E RECIPIENTE PARA ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 1500 BITUCAS	16	227,68	3.642,80
-	19	COLETOR LARANJA 50 L PARA PILHAS/BATERIAS DE MATERIAL POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), BASCULANTE, COM ADESIVO COM ADESIVO DE INDICAÇÃO DE COLETA DE PILHAS E BATERIAS	9	65,73	591,60
-	20	COLETOR LARANJA 50 L PARA LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES USADAS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16 UNIDADES, DE MATERIAL POLIETILENO DE ALTO IMPACTO POR PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM OU POLIPROPILENO (PP) OU POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), COM ADESIVO DE INDICAÇÃO DE COLETA DE LÂMPADAS	9	193,60	1.742,40
-	21	BALANÇA ELETRÔNICA COMPOSTA DE PLATAFORMA DE PESAGEM COM COBERTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM SENSOR DE PESO E INDICADOR DIGITAL DE PESO BRUTO, TARA E PESO LÍQUIDO COM CAPACIDADE DE PESAGEM DE 60 KG A 120 KG.	7	1.965,31	13.757,15
				TOTAL	127.647,56

1.2. Os padrões de cores devem seguir a Resolução CONAMA 245/2001.

1.3. Quando fechadas, as lixeiras deverão estar 100% vedadas, sem emissão de odores, com utilização higiênica.

1.4. Os adesivos identificadores (anexo I) serão os disponibilizados pela COMCAP para a cidade de Florianópolis, para as demais cidades serão disponibilizados conforme demanda, e deverão ser confeccionados em vinil digital calandrado, com recorte dos cantos em moeda, impressão digital 1400 DPI, aplicação de verniz UV em serigrafia, em tamanho proporcional a lixeira aplicada.

1.5. Todas as lixeiras deverão ter identificação do fabricante, mês e ano de fabricação, símbolo de identificação da matéria prima, volume nominal expresso em litros, e carga total permitida expressa em quilogramas.

1.6. Nos Termos da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, os materiais deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que for aplicável:

1.6.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico,

biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

1.6.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.6.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

1.6.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição proposta pelo presente Termo de Referência visa promover a coleta seletiva de resíduos conforme determinação do Decreto n. 5.940/2006 e demais legislações que, em consonância com os incisos II a IV do art. 92 da Constituição Federal de 1988, estabeleceram a adoção de políticas públicas visando à formação de um ambiente ecologicamente equilibrado e impôs a responsabilidade socioambiental.

2.2. A aquisição se justifica em razão da necessidade de realizar a substituição de coletores de lixo das unidades da Polícia Federal em Santa Catarina tendo em vista a adequação para coleta seletiva, além de higiene dos banheiros e copas que necessitam de recipientes adequados para descarte. As lixeiras existentes atualmente se encontram em estado precário devido ao elevado tempo de uso ou apenas são baldes adaptados como lixeiras, conforme fotos constante no processo. Outro fator a considerar é o aspecto visual, que é de extrema importância para o comprometimento dos servidores e público em geral para a adequada separação do lixo.

2.3. Florianópolis possui coleta seletiva (Decreto Municipal n. 17.910/2017) e lei específica para separação de resíduos orgânicos (Lei Municipal n. 10.501/2019), por isso além da troca das lixeiras, serão adquiridas composteiras e serão feitas palestras em conjunto com a COMCAP (Autarquia de Melhoramentos da Capital), responsável pela coleta dos resíduos sólidos da capital, para engajamento dos servidores, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável da SR/PF/SC, que inclui como metas, além da coleta seletiva, extinção de copos plásticos, energia solar e demais ações que foram e estão sendo efetuadas.

2.4. A destinação correta dos resíduos e a utilização de materiais recicláveis surgem como alternativas ecologicamente eficazes ao desviar dos aterros sanitários resíduos sólidos que poderiam ser reaproveitados, acarretando, por conseguinte, menos contaminação do meio ambiente, economia de recursos naturais e de custos com aterro. A instalação de receptores para a coleta seletiva estimula a mudança prática de atitudes no que se refere à responsabilidade ambiental. Conforme estudo do LAF - Consultoria de Políticas Públicas sobre alternativas para o desvio de resíduos sólidos recicláveis do Aterro Sanitário CGR Biguaçu (UDESC, 2019), a gestão inadequada dos resíduos somado ao aumento de sua produção gera enorme prejuízo socioambiental e financeiro. Os aterros sanitários possuem vida útil limitada e há aumento da taxa de geração de lixo de 4,9% ao ano na capital catarinense. Grande parte do lixo aterrado tem potencial reciclável, sendo necessária a correta separação e destinação.

2.5. No tocante aos resíduos orgânicos, a compostagem prega a destinação final na localidade na qual foram gerados. De acordo a Lei Municipal n. 10.501/2019, fica proibido o envio de resíduos sólidos orgânicos ao aterro sanitário, bem como sua incineração antes de avaliação para o reaproveitamento. O poder executivo poderá ceder áreas de sua propriedade para a reciclagem e deverão ser priorizadas na implementação da lei, as iniciativas comunitárias, coletivas e cooperativas de catadores. Assim, Poder Público e Sociedade deverão unir esforços para que haja maior consciência sustentável.

2.6. Justifica-se o Registro de Preços pelo inciso II do art. 3º do Decreto 7.892/13, pois devido às características da aquisição, a entrega dos bens deve ser parcelada, conforme disponibilidade orçamentária em diferentes cidades do estado. Tendo em vista que esta forma de contratar dispensa recursos financeiros neste momento, e viabiliza o atendimento das necessidades ao longo de 12 (doze) meses, evitando o fracionamento de despesas. Além de ampliar a competição, provoca economicidade, uma vez que os preços ofertados durante o certame ficam garantidos pelo prazo de 01 (um) ano.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os objetos deverão ser entregues nas instalações das Unidades de Polícia Federal em Santa Catarina no seguintes endereços:

DELEGACIA	ENDEREÇO
SR/PF/SC - Superintendência Regional de Polícia Federal em Florianópolis/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Florianópolis/SC CEP 88.025-255 - Fone (48) 3281-6500
NEPOM/PF/SC - Núcleo Especial de Polícia Marítima/SC	Rua Quatorze de Julho, 319 - Bairro Estreito - Florianópolis/SC
DPF/CCM/SC - Delegacia de Polícia Federal em Criciúma/SC	Avenida Centenário, 4353 - Bairro Pio Corrêa Criciúma/SC CEP 88.811-501-100 - Fone (48) 3461-8600
DPF/LGE/SC - Delegacia de Polícia Federal em Lages/SC	Rua Artur Bernardes, 427 - Bairro Conta Dinheiro Lages/SC - CEP 88.508-570 - Fone (49) 3251-6200
DPF/DCQ/SC - Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira/SC	Rua Felipe Schmidt, 740 - Centro Dionísio Cerqueira/SC CEP: 89.950-000 - Fone: (49) 3644-6300
DPF/IJI/SC - Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC	Rua 15 de Novembro, 348 - Centro - Itajaí/SC CEP 88.301-240 - Fone (47) 3249-6700
DPF/XAP/SC - Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC	Rua Sete de Setembro, 292 D - Presidente Médici - Chapecó/SC Cep: 89801-145 - Fone: (49) 3321-6900
DPF/JVE/SC - Delegacia de Polícia Federal em Joinville/SC	Rua José Elias Giuliani, 72 - Bairro Boa Vista - Joinville/SC CEP 89.205-310 - Fone (47) 3431-6800

4.2. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento por email da Nota de Empenho, em remessa parcelada conforme quadro abaixo:

Local	SR/PF/SC																				
Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Quantidade Total	103	36	4	4	4	10	10	10	135	135	135	2	2	2	4	4	2	3	2	2	1
Requisição Mínima	52	18	4	4	4	5	5	5	67	67	67	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1
Local	NEPOM/PF/SC																				
Quantidade Total	4	2	1	1	1	2	2	2	4	4	4	1	1	1	2	2	1	1	1	1	0
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Local	DPF/CCM/SC																				
Quantidade Total	9	8	2	2	2	4	4	4	23	23	23	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Local	DPF/LGE/SC																				
Quantidade Total	19	12	1	1	1	4	4	4	25	25	25	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Local	DPF/DCQ/SC																				
Quantidade Total	10	10	3	3	3	7	7	7	32	32	32	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Local	DPF/IJI/SC																				

Quantidade Total	8	4	4	4	4	9	9	9	29	29	29	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Local																						
DPF/XAP/SC																						
Quantidade Total	10	12	3	3	3	18	18	18	29	29	29	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Local																						
SR/JVE/SC																						
Quantidade Total	11	10	1	1	1	3	3	3	26	26	26	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1
Requisição Mínima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. Prestar garantia dos produtos, por no mínimo 90 (noventa) dias, contra defeitos de fabricação, nos moldes do art. 50 da Lei 8.078 de 11/9/1990, e art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, a partir do recebimento provisório. Se, durante este prazo, os produtos, venham a apresentar defeitos e/ou vícios, a DETENTORA DA ATA deverá substituí-los no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da comunicação por escrito.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 1 = (6 / 100) / 365 = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.4.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAN KRUSE DOS SANTOS, Chefe de Núcleo**, em 27/08/2019, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador

12134039 e o código CRC **12FB33BB**.